



ACÓRDÃO Nº1287/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11155/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR.
- 4- **Exercício:** 2016.
- 5- **Responsável:** Oreni Campêlo Braga da Silva (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ricardo Amancio de Souza - OAB/AM 11.319 e Marluce Braga de Menezes - OAB/AM 8.652.
- 7- **Unidade Técnica:** DICA1.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7026/2019-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR. Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Quitação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva**, na qualidade de Presidente da AMAZONASTUR, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, da Lei n.º 2.423/1996 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, § 1º, II, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 10.2. **Determinar à Empresa Estadual de Turismo do Amazonas – AMAZONASTUR que:**
 - 10.2.1. Em exercícios futuros, disponibilize os dados referidos sobre a execução orçamentária e financeira, em sua totalidade, no endereço eletrônico da AMAZONASTUR;
 - 10.2.2. Nos próximos ajustes, cumpra com rigor os ditames do art. 67, *caput* e parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), de maneira a elaborar o Relatório de



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº1287/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Acompanhamento e Fiscalização dos Contratos de maneira satisfatória;

10.2.3. Nos próximos ajustes, que sejam produzidos os relatórios por assessoria jurídica competente sobre a minuta dos Contratos firmados pela AMAZONASTUR, com o fito de prevenir a ocorrência de falhas as quais possam comprometer, negativamente, o interesse público;

10.2.4. Na ocasião dos próximos ajustes, observem com maior cautela as diretrizes da Lei nº 8.666/93, especialmente no que tange ao art. 14, a fim de que a presente inconsistência não torne a ocorrer, sob pena de aplicação da multa ao Gestor;

10.2.5. Quando da elaboração do Projeto Básico de ajustes futuros, que observe com maior rigor os ditames da Lei de Licitações e Contratos;

10.3. Dar quitação à Responsável, Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, com fulcro no art. 24, da Lei nº 2423/96 (Lei Orgânica deste TCE/AM) c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Dar ciência à Responsável, Sra. Oreni Campêlo Braga da Silva, bem como ao seu patrono, sobre o deslinde deste feito.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral